



ESTUDO DE CASO SOBRE A CASA DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, BRASIL

CASE STUDY ON THE SHELTER FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS IN VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA, BRAZIL

ESTUDIO DE CASO SOBRE EL HOGAR DE ACOGIDA PARA NIÑOS Y ADOLESCENTES EN VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA, BRASIL

1

Bruna Silva da Hora¹

Marcela de Oliveira Pessoa²

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v5i1.15242>

Resumo: O presente artigo visa realizar uma análise acerca do processo de institucionalização de crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista-BA elencando como lócus da pesquisa a Unidade Acolhendo e Cuidando. Buscando compreender o atendimento proposto e suas implicações no que tange ao desenvolvimento social de seu público-alvo, foi realizado um levantamento histórico-documental que compreendeu a história social da infância e a consolidação das políticas públicas concernentes a sua assistência no contexto nacional e internacional. Situou-se os modelos de assistência e as políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista-BA recorrendo-se às teorias foucaultianas para compreender as práticas institucionais mediante os discursos biopolíticos que as atravessam, enfatizando o processo de docilização e assujeitamento dos corpos infanto-juvenis.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Biopolítica. Vitória da Conquista.

Abstract: This article aims to analyze the process of institutionalization of children and adolescents in the municipality of Vitória da Conquista-BA, focusing on the Acolhendo e Cuidando Unit as the research locus. Seeking to understand the proposed care and its implications regarding the social development of its target audience, a historical-documentary survey was conducted, covering the social history of childhood and the consolidation of public

¹ Bruna Silva da Hora: Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; E-mail: brunaahoraa@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3017-5210>

² Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF. Mestrado em Políticas Sociais e bacharelado em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: marcelapessoa.vj@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5241-3064>





policies related to their assistance in both national and international contexts. The assistance models and public policies aimed at children and adolescents in the municipality of Vitória da Conquista-BA were situated, drawing on Foucauldian theories to understand institutional practices through the biopolitical discourses that permeate them, emphasizing the process of docilization and subjection of child and adolescent bodies.

Keywords: Child. Biopolitics. Adolescents. Vitória da Conquista.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo realizar un análisis sobre el proceso de institucionalización de niños y adolescentes en el municipio de Vitória da Conquista-BA, tomando como locus de investigación la Unidad Acolhendo e Cuidando. Buscando comprender la atención propuesta y sus implicaciones en cuanto al desarrollo social de su público objetivo, se realizó un levantamiento histórico-documental que comprendió la historia social de la infancia y la consolidación de políticas públicas relacionadas con su asistencia en el contexto nacional e internacional. Se situaron los modelos de asistencia y las políticas públicas destinadas a niños y adolescentes en el municipio de Vitória da Conquista-BA, recurriendo a las teorías foucaultianas para comprender las prácticas institucionales a través de los discursos biopolíticos que las atraviesan, enfatizando el proceso de docilización y sujeción de los cuerpos infante-juveniles.

Palabras clave: Niño. Adolescentes. Biopolítica. Vitória da Conquista.

Introdução

Crianças e adolescentes, inseridas em contextos diversos, vivenciam-nos de formas específicas em função das acepções a elas associadas. Seu percurso histórico desde a infância, em particular, vem sendo definida de forma invisível pelo fato de ser contado e escrito a partir da ótica dos adultos, (SARMENTO, 2007). Desde a Antiguidade as crianças vivenciam um cenário de invisibilidade, sobretudo onde as pobres eram as mais expostas (ARIÈS, 1978). Apesar disso, em todas “as sociedades ao longo da história e a maior parte das famílias, lidaram amplamente com a infância e a criança no sentido de que toda criança requer alguns cuidados necessários que advém de um adulto mais próximo” (STEARNS, 2006, p.11). Como observa Heywood (*apud* LUSTING *et al.*, 2014, p. 7), a abordagem sobre este grupo tem vivenciado um processo de idas e vindas, avanços e retrocessos, numa construção sinuosa, e não linear; onde todas as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorrem nas sociedades têm efeito significativo.

De acordo com Ariès (1978), no avanço da história, as relações da sociedade com a criança passaram a se estabelecer mediante o compromisso com um novo sentimento de infância: o de preservar sua moralidade e também de educá-la, proibindo-lhe o que era



considerado mau e recomendando-lhe o que era bom. Para tanto, ao longo do tempo, foram criadas instituições específicas para atuar junto a este grupo. Em particular, como meio de proteção às crianças e adolescentes pauperizadas, que se tornaram o público-alvo de políticas públicas de intervenção social, foram configurados modelos de instituições que atuavam como “famílias provisórias”. Dentre estes modelos, tem-se os Serviços de Acolhimento, encarregados de realizar ações que promovam o desenvolvimento humano, social e psíquico dos internos, oferecendo-lhes subsídios para promover sua autonomia, respeitar suas origens sociais e estabelecer atividades capazes de reintegrá-los à sua família de origem ou, em caráter excepcional, encaminhá-las para uma família substituta.

Diante desta realidade, o presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista - BA a partir do estudo de caso sobre a Unidade Acolhendo e Cuidando; instituição que abriga temporariamente o público infanto-juvenil que teve os vínculos familiares rompidos e encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A investigação objetivou compreender o funcionamento da instituição conquanto a operacionalização de suas propostas tendo em vista a oferta e garantia dos direitos fundamentais de seu público-alvo. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, histórico e documental que compreendeu a história social da infância e a consolidação das políticas públicas concernentes a sua assistência, tanto no contexto nacional como internacional, e deu-se enfoque aos modelos de assistência e as políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista - BA. O estudo de caso foi de base exploratória, apoiando-se em levantamento documental e pesquisa de campo. Foi aplicada a técnica de observação não participante durante a realização de visitas ao espaço institucional de forma restrita durante a pandemia de COVID-19, com produção de notas de campo, como instrumento de registro das informações, e aplicação de formulários. Conquanto a esta última, a seleção amostral para coleta de dados foi não-probabilística, de tipo de conveniência, baseando-se na voluntariedade dos sujeitos que compõem a população amostral.

Breve histórico sobre a constituição de direitos e assistência às crianças e adolescentes

O surgimento dos direitos das crianças e adolescentes está diretamente relacionado à origem dos Direitos do Homem. Tais direitos fundamentais, sobretudo o de liberdade, só podiam ser exercidos pelos cidadãos considerados capazes de gozar dos mesmos. Todavia, as

crianças não eram enquadradas, ao passo que eram reconhecidas como incapazes e, assim, destituídas de ter o exercício dos direitos básicos. A trajetória histórica e social das crianças e adolescentes sempre foi marcada por violações e, no Brasil, estes traços são percebidos desde sua chegada nas embarcações lusitanas do século XVI. Rizzini e Rizzini (2004) observam que os jesuítas tiveram papel importante na fundação de instituições elementares de formação de filhos das camadas mais privilegiadas da população. Por sua vez, além das instituições dedicadas à educação, surgiram entidades com tendências assistencialistas destinadas às camadas que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Dentre elas, tem-se a Roda dos Expostos que evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo ou que não tinham condições de criá-lo (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Já independente de Portugal, o Brasil iniciou timidamente sua trajetória educativa instalando escolas públicas primárias e internatos para formação profissional dos meninos pobres.

A preocupação com a proteção dos direitos das crianças passou a ser latente somente no século XX, quando várias nações se incumbiram de assinar acordos que favoreciam a promoção e proteção deste grupo. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), a partir do século XX, a tônica das discussões centrava-se na identificação e nos estudos das categorias necessitadas de proteção e reforma. Neste período, a tutela do cuidado à criança estava sob jurisdição do Estado³, que poderia, por meio de políticas públicas assistir ao *menor pobre* com maior atenção⁴. A partir disso, deu-se a criação do Primeiro Juizado de Menores no Rio de Janeiro, em 1923, e a aprovação do Código de Menores em 1927, por Mello Matos. Este serviu como base para a implantação da Doutrina da Situação Irregular criada como alternativa de combate ao aumento crescente do número de infratores vítimas do processo de desigualdade social no século XX, mas no qual se destaca a nítida criminalização da infância pobre, caracterizada como ‘abandonada’ e ‘delinquente’.

³ Com a República, a distinção entre a criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a Sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas classes perigosas e estigmatizada como “Menor”, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho (MARCILIO *apud* MENDONÇA, 2011, p. 23).

⁴ A partir de então o debate tomou grandes proporções, sendo guiadas por resoluções dos congressos sobre assistência social, médico-higienista e jurídica com relação à categoria dos *menores*, a exemplo do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância realizado em 1920 e o III Congresso Panamericano (1922).



Durante o governo Vargas, em 1941, foi implantada a assistência centralizada à infância com a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM)⁵; mas que, por não levar aos resultados desejados, foi substituído pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, sob a orientação da Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM). Com isso, os pais oriundos de famílias menos abastadas passaram a ser considerados incapazes de responder pelo pátrio poder sobre seus filhos e coube ao Estado justificar-se como agente capaz, criando para as crianças a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)⁶ e bloqueios policiais às reivindicações para os pais (PASSETTI, 1999, p. 84).

5

A história da institucionalização de crianças e adolescentes ganhou novos capítulos a partir da década de 1980, quando o assunto passou a ser discutido amplamente e acarretou na inclusão do Artigo 277 na Constituição Federal de 1988, que determina como dever que a família, a sociedade e o Estado garantam os direitos fundamentais básicos às crianças, adolescentes e ao jovem. Dentre os aspectos que passaram a se desenvolver no âmbito da assistência a este grupo, a discussão de uma nova lei que substituísse o Código do Menor de 1979 foi o que ganhou maior ênfase, levando à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre demais ações brasileiras importantes que versam sobre esse grupo tem-se a criação, em 1991, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); a Política Nacional da Assistência Social (PNAS); o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC); as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” e a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS).

⁵ O Serviço de Assistência ao Menor (SAM) era um órgão do Ministério da Justiça que funcionava como um equivalente do sistema penitenciário para a população menor de idade e fazia uso de correções repressivas. A maioria dos internos estavam ali simplesmente pelo potencial de vir a ser um delinquente, pois a intenção principal era de retirar a criança do seio familiar pois a falta de recursos financeiros das famílias poderia produzir marginais (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

⁶ As FEBEMs, como instituições corretivas, tinham o objetivo de recolher as crianças e dar-lhes condições para se integrarem à sociedade, onde passavam a se orientar pelo dispositivo biopsicossocial de identificação, classificação e distribuição dos menores a serem atendidos, afirmando que o problema deixava de ser patológico para ser encarado como sócio psicopedagógico, ou, como queriam, interdisciplinar. Dessa maneira, se apoia na necessidade de técnicos especializados de nível superior (psicólogos, assistentes sociais, médicos, administradores, sociólogos, psiquiatras, advogados, etc.) para atender convenientemente esse contingente, visando sua integração social. Mais informações em: PASSETTI, Edson. Menores: os prisioneiros do humanismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**. 1986, v. 3, n. 2, pp. 31-37.





Todas estas ações devem ser consideradas como princípios importantes para reger a relação da sociedade com as crianças e adolescentes, especialmente as que se encontram em condições de vulnerabilidade. Importa observar que a união dos órgãos e conselhos na incumbência de criar documentos que legitimem as políticas públicas de assistência às crianças e adolescentes representou um ganho significativo no que tange aos direitos sociais outrora negligenciados. Não se pode negar que o reconhecimento de direitos e deveres é indispensável na tentativa de compreender o modo como é operacionalizada a construção da cidadania daqueles que são os adultos de amanhã; mas isto não basta. Por sua vez, além de serem instituídas as novas políticas de atendimento à infância e adolescência, também foram circunscritos os tipos de instituições que abrigam crianças e adolescentes. Dentre elas, destacam-se as instituições de longa duração, chamadas de abrigos, como a Casa lar e as Casas de Acolhida.

A constituição das Políticas de Assistência Infanto-Juvenis em Vitória da Conquista – BA

Em termos da primeira política de acolhimento, estima-se que a primeira Roda de Expostos do país foi instalada em Salvador em 1726 (embora só efetivada em 1734), entregue aos cuidados da Santa Casa de Misericórdia, que visava a assistência e proteção à infância. Segundo Souza (2017), a Roda dos Expostos apresentava condições insalubres, bastante precárias e pouco eficientes ao atendimento dos necessitados. A autora argumenta que as crianças que ali chegavam dividiam o mesmo espaço com os doentes, já que o ambiente também servia como abrigo e, por isso, muitas crianças acabavam falecendo devido à exposição a todo tipo de contaminação. Salvador, ao longo das duas primeiras décadas do século XIX, estava entre as principais capitais brasileiras que se voltaram para o segmento pobre e trabalhador, estabelecendo o que se pode chamar como processo de disciplina dos costumes e hábitos sociais desse segmento (RODRIGUES, 1998, p. 8). Assim como ocorrido em Salvador, é imprescindível recorrermos às atividades prestadas pela Santa Casa de Misericórdia do município de Vitória da Conquista - BA; fundada em 1919 e que, inicialmente, tinha como objetivo prestar serviços hospitalares aos enfermos e, posteriormente, atender as crianças que nasciam na maternidade da Misericórdia, fruto de famílias pauperizadas (SANTOS, 2017, p. 118).





O crescente quadro de abandono de crianças transformou-se em um problema social no município, e, com isso, deu-se a intervenção das freiras da congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena que propuseram a criação de uma instituição de assistência aos recém-nascidos e às crianças pobres, criando um recolhimento que funcionava como abrigo. Assim, em 1949 foi fundada a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) e a Fundação de Amparo ao Menor Carente (FAMEC) para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A década de 1950 ficou marcada pelo surgimento de três instituições de acolhimento de crianças que se encontravam nesse quadro, como o Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista, o Orfanato Santa Catarina de Sena (1957) e o Clube da Amizade (1958).

No fim do regime militar, Andrade (2008, p. 73) diz que Vitória da Conquista passou por um período de modificação de suas políticas de atendimento aos pequenos pauperizados, atuando na ampliação de instituições de acolhimento. O governo municipal foi demonstrar maior atenção quanto ao atendimento da infância e adolescência em 1987, ao instituir o *Projeto Recriança*⁷ que atendia crianças e adolescentes de 10 a 17 anos oriundos de bairros periféricos. Todavia em 1989 foi desativado e substituído pelo *Projeto Trabalhador Mirim*. Públio (2016) coloca que em 1991 deu-se início às movimentações para a implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Vitória da Conquista (CONDICA). Mas, conforme Andrade, mudanças significativas só foram adotadas em Vitória da Conquista a partir de 1997, durante o governo de Guilherme Menezes de Andrade (PT), que deu início a implantação de políticas de garantia de direitos das crianças e adolescentes ao criar o *Programa Conquista Criança* que atendia 32 crianças e adolescentes que desenvolviam atividades no centro da cidade. Além disso, houve ampliação das políticas públicas no município com a criação, em 1999, da Rede Municipal de Atenção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Com os avanços na proteção da infância, surgiu a demanda por um espaço articulado com fácil acesso e onde pudessem ser instalados demais serviços de promoção e proteção de direitos, culminando, em 2015, no surgimento do Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANDRADE, 2008).

⁷ O projeto contava com a participação de algumas entidades sociais, como o Creame, a Fundação de Amparo ao Menor (Famec) e a Associação de Moradores, na realização das atividades de esporte, lazer e profissionalização, com o aprendizado de horticultura, olaria (fabricação de blocos, artefatos de cerâmica e cimento) e mercearia, com o propósito de capacitar o adolescente para o ingresso no mercado de trabalho (PÚBLIO, 2016. p. 87).





No levantamento feito por Públio (2006, p. 201) acerca das unidades de acolhimento, havia em Vitória da Conquista cerca de seis instituições que atendiam crianças e adolescentes com os vínculos familiares rompidos, sendo elas: *Programa Acolhendo e Cuidando*; o *Programa Família Acolhedora*; *Na Varanda*; *Programa de Assistência à Adolescência e à Infância (PAI)*; *Fundação Amparo*, não governamental, na modalidade *Casa Lar e a Casa de Acolhimento*. Válido salientar que o *lócus* de realização deste trabalho foi a Unidade Acolhendo e Cuidando tendo como justificativa, sobretudo, a carência de perspectivas do tema do ponto de vista das Ciências Sociais. Além disso, a relevância social desta iniciativa está implicada na discussão de questões transversais, como desigualdade social e relações de poder, ao caracterizar a condição de crianças e adolescentes em suas individualidades e em suas famílias.

Análise Institucional dos Serviços de Acolhimento da Unidade Acolhendo e Cuidando

A análise acerca da funcionalidade da Unidade Acolhendo e Cuidando tinha como intuito o entender as vivências e relações dos acolhidos em seu meio e com os demais atores sociais presentes nestes espaços. Todavia, nos foi impossibilitada a realização de entrevistas com os acolhidos sob a alegação de que este processo poderia trazer consequências psíquicas tendo em vista que poderiam promover a rememoração de circunstâncias que poderiam produzir algum tipo de sofrimento, ocasionando em um processo de revitimação. Diante disso, a estratégia de análise empregada para a investigação foi a pesquisa documental, de observação não participante e a aplicação de formulários com os funcionários que se dispuseram a responder conforme indicado na introdução deste texto.

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2015) da Unidade de Acolhimento identificamos que suas atividades iniciaram em agosto de 2011. Ela fazia acolhimento noturno, ofertando proteção a crianças e adolescentes em situação de rua com faixa etária entre dez e dezoito anos encaminhados pelos órgãos da justiça. Ao longo do ano de 2014 e em 2017 a instituição deixou de ser um abrigo de passagem passando a funcionar como Unidade de Acolhimento “*Acolhendo e Cuidando*”.

Em termos estruturais, quando se realizou a pesquisa, a instituição contava com um pátio; uma área de serviço/lavanderia; uma dispensa; um almoxarifado; área dos agentes patrimoniais; um jardim; uma sala de recepção; um quarto de “isolamento”, onde os acolhidos recém-





chegados ficam em quarentena devido à pandemia de COVID-19, mas que antes era utilizada como uma extensão da sala de estar; o acervo dos educadores; a sala da equipe técnica; três banheiros; uma cozinha; um refeitório; quatro quartos divididos por sexo, uma sala de estar e um espaço mínimo que se utiliza como uma “biblioteca” improvisada. Em se tratando dos recursos humanos, a Unidade contava com uma gerente, um psicólogo e uma assistente social, onze educadoras, um auxiliar administrativo, uma pedagoga, uma nutricionista, dois auxiliares de limpeza, duas manipuladoras de alimentos, dois agentes patrimoniais e dois motoristas.

Tencionando compreender as práticas institucionais mediante sua função social de unidade de acolhimento, foi realizado uma análise dos parâmetros de funcionamento dos abrigos institucionais de crianças e adolescentes, buscando verificar em que medida a Unidade se adequa às normatizações impostas nos marcos regulatórios e compreender suas práticas mediante os discursos biopolíticos que as atravessam, enfatizando o processo de docilização e assujeitamento dos corpos infanto-juvenis. Ao nos apropriarmos dos princípios norteadores presentes na Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), evidenciamos pontos que se encontram de acordo com as normas regidas neste documento. Dentre elas destacamos:

- O cumprimento do princípio de excepcionalidade, estando todos os acolhidos institucionalizados após as medidas de ressocialização anteriores não terem sido capazes de sanar suas fragilidades;
- Esforços no sentido de manter a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, princípio fundamental para o desenvolvimento dos acolhidos;
- A articulação entre a rede socioassistencial por meio da política de saúde, de esporte, de educação e capacitação aos educadores e demais profissionais dos serviços de acolhimento quanto a oferta de atividades que visem o desenvolvimento dos acolhidos;
- A oferta de um atendimento personalizado e individualizado aos acolhidos;
- A localização em via de fácil acesso;
- A ausência de identificação da unidade, tendo em vista a evitar estigmatização;
- O atendimento de recursos humanos de acordo com as orientações sugeridas pelos documentos oficiais;
- Suporte no processo de desligamento institucional, dentre outras adequações.



Apesar da Unidade Acolhendo e Cuidando se encontrar de acordo com o ordenamento jurídico no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes, pudemos verificar que outros dos aspectos previstos nos marcos regulatórios não são efetivamente concretizados no dia a dia institucional, havendo discrepâncias quanto ao seu discurso e a prática cotidiana. Por exemplo, ao tratar-se dos parâmetros de funcionamento, constatamos que há casos de acolhidos que excedem o tempo de permanência, indo de encontro ao princípio da provisoriedade. Neste quesito, pontuamos que isso poderia ser compreendido ou como uma ineficiência da rede socioassistencial em oferecer os subsídios necessários para reestruturar os vínculos rompidos entre a criança e/ou adolescente e seus entes e a comunidade; ou em decorrência da própria incapacidade das famílias em mudar os hábitos causadores do rompimento dos laços, como nos casos de vícios em álcool e outras drogas e nos mais variados tipos de violências. Outro exemplo de discrepância identificado concerne ao processo de viabilização e resolução de casos emergentes ligados às crianças e adolescentes que se referem a alguns setores da Rede socioassistencial. Pelo fato do serviço de acolhimento se enquadrar como sendo de Média e Alta Complexidade, demanda maior atenção da Rede; devendo-se reportar a ocorrência de problemas de cunho estrutural/institucional, ao passo que, na Unidade, alguns casos, não são solucionados com a urgência que se exige.

Quanto à estrutura do espaço, observou-se a não adequação efetiva dos cômodos e mobílias, apresentando ausência ou precariedade de espaços e recursos materiais; inclusive, infringindo os direitos de privacidade e intimidade dos acolhidos, o que pode impactar no desenvolvimento de sua identidade e história de vida. Em relação a isto, observou-se ainda a não oferta de um espaço que favoreça a mobilidade de pessoas portadoras de deficiência, o que viola o direito à acessibilidade no caso de algum acolhido ou familiar ter essa condição.

Para além dos aspectos referentes às normatizações, observou-se que embora a Unidade de Acolhimento tenha como função social a oferta de um serviço de convivência destinado a proteção de crianças e adolescentes que se encontram com os laços familiares rompidos ou em situação de vulnerabilidade social, é notório que estes espaços apresentam aspectos característicos de instituições de controle, como observado por Foucault (1999), na medida em que impõe aos seus usuários o cumprimento de regulamentações determinadas visando docilizar os corpos por meio do poder disciplinar. Esses “grandes confinamentos” são os espaços onde ocorre o investimento político do corpo, já que é sempre por meio dele que é



extraída sua força, utilidade, docilidade e submissão. Em se tratando da função da Unidade, é válido ressaltar que a inserção desses jovens em espaços institucionais traz consequências para seu desenvolvimento social e psicológico, na medida em que, ao adentrar na instituição, tem que se adequar a um novo espaço, muita das vezes, contra sua vontade, cheio de regras próprias e com pessoas que não faziam parte de sua realidade.

Quando se pensa em instituições de acolhimento, o que se observa é que os corpos infante-juvenis que são inseridos nestas instituições de sequestro são vítimas do sistema, e não culpados pelas situações de vulnerabilidades a que estejam expostos. Por um lado, entende-se que o sistema geral em que se produzem as relações de violência não é facilmente modificável. Mas é válido ponderar que estes são corpos vulnerabilizados que acabam tendo de ser retirados de seus lares, enquanto, muitas das vezes, quem deveria se retirar é o agente agressor. Ou seja, a política social que utiliza a acolhida como estratégia, visa a ressocialização da vítima e não dos indivíduos e meios que o agridem. Logo, a institucionalização não representa, efetivamente, o melhor interesse da criança ou adolescente. Dessa forma, a ação institucional, por mais que pretenda promover o melhor em proveito do seu público, é meramente paliativa, já que as origens do problema não são resolvidas, mas contornadas. Acaba sendo este o *modus operandi* de toda política social.

Por sua vez, no ambiente institucional, tal como esperado, constatamos a presença das técnicas mensuradas por Foucault (1999) no processo de docilização dos corpos, ao visar discipliná-los e sujeitá-los. Sobre a arte das distribuições, observamos a organização dos corpos nos espaços conforme a separação dos quartos por sexo e idade, impossibilitando que haja circulação do sexo oposto nestes cômodos e quaisquer outras situações que possam destoar da ordem interna estabelecida aos acolhidos desde o momento de chegada na Unidade, colocando-os em locais de fácil acesso e controle. Há também o controle das atividades dos indivíduos na medida em que são estipulados horários, como os das refeições, das atividades internas e externas de esporte, lazer e cultura, visitas aos demais setores da rede. Chama, ainda, a atenção a presença dos agentes patrimoniais atuando no controle de entrada e saída dos indivíduos da Unidade. Embora, em primeiro momento, entenda-se que tais medidas pareçam visar a proteção das pessoas institucionalizadas, também infringem controle sobre o direito de ir e vir.

Assim, o discurso que atravessa as práticas institucionais, pautado nas ideologias dominantes, é o de que a ideia de proteção deve estar acima de qualquer outro direito, sobretudo



o de liberdade. Ainda que se deva guardar as devidas proporções sobre esta crítica, o que se pretende é salientar que é justamente por meio da pretensa ideia de “proteção” que muitas relações de poder se cristalizam de modo sutil. Através desse discurso pode-se camuflar o cerceamento da liberdade e autonomia dos acolhidos, onde instituições deste tipo podem se comportar como mais um aparelho repressivo sobre as camadas subalternas. Embasando-se em discursos e ideologias, isola-se os “corpos desviantes” para então intervir diretamente na sua conduta. Assim, em regra, apesar de se rezar uma proposta de autonomia, o espaço acaba sendo mais eficiente em assegurar a vigilância e controle do que em estimular o desenvolvimento de independência e preservação da intimidade.

Disso, institui-se um paradoxo entre os princípios apregoados pelo serviço de acolhimento em termos de liberdade e a prática da autonomia. Concebendo as formulações freirianas em relação ao desenvolvimento da autonomia, esta deve “estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 1997, p. 121). Nesse sentido, a autonomia vai se constituindo a partir das inúmeras experiências vivenciadas pelos indivíduos e aperfeiçoadas pelas decisões tomadas ao longo de sua vida; ela não pode ser imposta ou dada, mas construída sempre em relação à liberdade e responsabilidade. Assim, no que tange à institucionalização de crianças e adolescentes, a ideia de autonomia se consorcia a prática da liberdade que acaba sendo suprimida na medida em que o indivíduo não se apresenta em sua essência nestes espaços, não age plenamente de acordo com seus interesses próprios e vontades, cedendo o direito de liberdade mediante o de segurança. Tal supressão o aliena, o adestra para se adequar ao modelo instituído e arranca-lhe a capacidade de reflexão quanto ao seu estar no mundo. Nesse cenário pode-se acabar promovendo o sufocamento, ao invés do florescimento da autonomia. Embora a instituição em análise apresente significativas potencialidades para promover seu desenvolvimento, com atividades que possam estimular os acolhidos em suas aptidões com ambientes diversificados, não se pode conceber que a liberdade seja integralmente promovida, dado que os pressupostos da instituição são movidos através de um arranjo de esquadramento desta liberdade, vigiada e controlada incessantemente em vez de promovida.

Somado ao controle temporal da ação dos corpos, há na Unidade de Acolhimento o acompanhamento das atividades realizadas pelos acolhidos dentro e fora de seus muros, e, segundo os informantes, são realizadas sempre sob orientação dos profissionais que nela atuam



em conjunto com os setores pertencentes à Rede Socioassistencial. A articulação e comunicação constante entre os órgãos é fundamental para mapear as ações e avaliar o comportamento dos acolhidos em suas vivências ocasionais. Segundo os informantes, a fiscalização interna é realizada através da observação, sobretudo por parte dos educadores que atuam na Unidade, e da escuta realizada pela equipe técnica que, por meio do diálogo, consegue fazer uma sondagem acerca das necessidades e comportamento dos acolhidos.

Aprendemos com Foucault que o controle das atividades não significa apenas a imposição de regras e normas, mas também a busca pelo bom emprego do corpo, haja vista que ele é alvo dos micropoderes para evitar a ociosidade e inutilidade. Nesse sentido, a aplicação de medidas repreensivas em casos de descumprimento das regras determinadas torna-se estratégia disciplinar proficiente no que diz respeito à correção de um comportamento impertinente. Segundo os informantes, as medidas disciplinares são utilizadas quando as crianças e adolescentes não realizam as atividades propostas, quando há o que entendem por mal comportamento, desrespeito com os servidores e demais acolhidos, entre outras violações. Nestes casos a instituição inicialmente lida com estes indivíduos através da escuta qualificada visando compreender a motivação de determinada ação. Caso o comportamento seja mantido, são realizadas intervenções e aplicadas disciplinas visando restringir a diversão do acolhido, como a redução do uso de celular, tablet e televisão e diminuição das saídas da Unidade.

A inspeção dos acolhidos na Unidade se constitui, nesse sentido, em várias direções, possibilitando que funcione constantemente o sistema de vigilância. Este olhar hierarquizado vai da gerente até os funcionários, das educadoras até os acolhidos que, em consonância com a sanção normalizadora e o exame, configuram-se como mecanismos de manipulação dos corpos, internalizando o controle acerca daquilo que é permitido ou proibido. Essa vigilância constante, ao ser incorporada, passa a fazer com que o indivíduo que se encontra sob essa teia de poder realize o processo de auto vigilância incessante e inconscientemente por medo de sofrer represálias. Logo, esse processo não pode deixar de ser configurado como uma espécie de violência. Não mais aquela inscrita no corpo, como ocorria nos episódios dos antigos suplícios, mas uma violência silenciosa de cunho psicológico e moral, em conflito com uma pretensa habilidade de independência e autonomia.

Assim, ao combinar esse olhar hierarquizante, que tudo vê e nunca é visto, e a sanção normalizadora atuando no sentido de punir comportamentos desviantes, tem-se a o exame com





atenção e minúcia dos internos desde o momento da chegada no ambiente institucional – pois além da averiguação inicial, semanalmente é realizado o acompanhamento da evolução de cada um dos acolhidos – acompanhando o desenvolvimento integral alcançado ao longo do período. Ou seja, as práticas de institucionalização dos corpos infante-juvenis fazem com que cada aspecto que os atravessa seja individualizado e registrado e, com o refinamento desta técnica, tudo passa a ser especificado. Não se pode negar que produz-se um novo saber, capaz de habilitar a docilização na medida em que, conhecendo o contexto de onde os sujeitos partem, molda-os de acordo às normativas inscritas e expressas nestes espaços institucionais, visando a construção de um bom sujeito, um exímio cidadão e um excelente trabalhador. Enquanto isto, o ambiente violento de origem pode, simplesmente, se limitar a permanecer inóspito.

Considerações finais

A docilização refere-se ao processo no qual o corpo, descoberto como objeto e alvo do poder, torna-se manipulável, possibilitando que sobre ele sejam incididas formas de controle; sobretudo, a disciplina, que tem por finalidade a normalização e padronização de tais corpos visando, em amplo sentido, a manutenção da ordem e a garantia do bem-estar social. Faz-se necessário compreender que em cada sociedade e em cada tempo históricos específicos, tanto os sentimentos ligados à infância como os modos de governo de seus corpos seguiram determinada lógica de interesse guiados por práticas discursivas próprias. Desse modo, a visão adultocêntrica, que sempre esteve impressa no processo de análise e controle dos corpos infantis, empreendendo sentido aos sentimentos de infância, tornou-se fator crucial na imposição e adequação das crianças às normas socialmente estabelecidas.

O Estado passou a instituir mecanismos específicos de intervenção na “infância pobre”, por meio da criação de instituições voltadas para o governo dessa população. Vale ressaltar que a instituição das primeiras políticas públicas no Brasil foi acompanhada por uma produção de saberes científicos sobre o público-alvo desses dispositivos de intervenção, tendo esses saberes como base medidas higienistas-eugênicas, que buscavam resolver os chamados problemas dos ‘menores’ mediante a retirada das crianças das ruas e sua internação em instituições denominadas por Foucault como instituições de sequestro, institui-se a partir disso, a noção de periculosidade e gestão e controle desses “perigosos” (HILLESHEIM; CRUZ, 2008).



A “doutrina do internamento” que outrora fora a alternativa encontrada pelo governo para efetuar a higienização social passou a ser questionada por vários setores da sociedade civil devido às violações de direitos humanos vivenciados pelos jovens no interior das instituições. Nesse cenário, vale reiterar a importância do ECA enquanto regulamento orientador de práticas voltadas ao público infanto-juvenil que atua a fim de promover o desenvolvimento social de todas as crianças e adolescentes possibilitando que sua autonomia e cidadania sejam garantidas. O reconhecimento de seus direitos, portanto, de sua cidadania, embora apresente avanços significativos em vista de sua garantia, ainda se encontra aquém de sua efetivação na medida em que ainda são banalizadas as práticas de acolhimento.

Do estudo de caso realizado na Unidade Acolhendo e Cuidando conclui-se que, embora seja um serviço que oferece suporte às crianças e adolescentes que se encontram temporariamente com os vínculos familiares fragilizados e em situação de risco social, ainda apresenta resquícios outrora presentes nos antigos confinamentos. Principalmente no que diz respeito às violações dos direitos de seus usuários mesmo após a instauração da Doutrina da Proteção Integral, prevista pelo ECA; colocando em contradição os discursos proferidos no que tange à ideia de proteção. Deve-se lembrar que essa ideia “protetiva” da sociedade era em relação às crianças infratoras pertencentes às camadas mais pauperizadas, que tornaram este público objeto de ação do Estado e alvo desta “doutrina do internamento”. Assim, mesmo com o aperfeiçoamento das legislações infanto-juvenis, nota-se fortemente as influências dos discursos ideológicos sob a égide do Estado buscando atender aos interesses das classes dominantes em relação a crianças e adolescentes pobres, conduzindo-lhes a determinadas posições e impondo determinadas formas de vida; ou seja, delimitando os modos de governo que conduzirão seu destino. Isto não assombra, visto que as políticas sociais, não se deve negar, estão pautadas sob os ideais de uma sociedade de base capitalista.

Vê-se que os aparatos institucionais de poder, para além da salvaguarda de direitos fundamentais e proteção, estão imbuídos do intuito de controlar a vida do público-alvo como sujeitos passivos ao processo e reprodutores de suas práticas. Em virtude disto, constatamos que enquanto instituição social, além de ser constituída por meio de uma estrutura de classe, enclausurando determinado tipos de população (pobre), a Unidade Acolhendo e Cuidando é um espaço atravessado por tecnologias de poder que entendem dominar e sujeitar os acolhidos a obedecer a ordem social estabelecida, regulando condutas e comportamentos para devolver à



sociedade um indivíduo curado de desvios potenciais para ser considerado um cidadão pleno e correto dentro dos limites da autonomia admissível. Assim cabe a reflexão de em que medida a acolhida e proteção na verdade implica a reprodução da sujeição de corpos que, na verdade, são vítimas da realidade e do sistema, e não o que constituem a origem do problema.

Referências

ANDRADE, Fábio. S. **Cotidiano, trajetórias e políticas públicas: crianças e adolescentes em situação de rua em Vitória da Conquista, Bahia (1997-2007)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber**. Vol. 1. São Paulo: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia Social**. [online]. 2008, vol.20, n.2, pp.192-199. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200006>

LUSTIG, Andréa Lemes; CARLOS, R. B.. Criança e infância: Contexto histórico social. In: **ANAIS DO IV SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIAS - ÉTICA E DIVERSIDADE NA PESQUISA**, GOIÂNIA: CEGRAF, 2014. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR18.1.pdf> . Acesso em: 17 ago.2024

MENDONÇA, Cristiana Carvalho. **O acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Cemaia: Uma análise sobre a implantação das alterações ocorridas no ECA em decorrência da Lei 12.010/2009**. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras: 2011.

OLIVEIRA, Josiane. **O Código de Menores Mello Mattos de 1927: concepção de menor e de educação no período de 1927 a 1979**. 2014. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina, PR: 2014.

PASSETTI, Edson. “Crianças Carentes e Políticas Públicas”. Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

PÚBLIO, Carlos Alberto Maciel. **Memória social e coletiva da institucionalização de crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista, Bahia, e seus reflexos na Casa de Acolhimento (1997 a 2015)**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2016.





RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil. Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Eleni Carvalho. **Política de atendimento às crianças órfãs: um estudo do lar Santa Catarina de Sena em Vitória da Conquista – BA. (1962-2002).** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação, UESB, Vitória da Conquista, 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo”. *In:* SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (Org.). **As crianças.** Contextos e identidades. Editora Bezerra, PT: 1997.

STEARNS. Peter N. **A infância.** São Paulo: Contexto, 2006.

Recebido: 21 de agosto de 2024

Aprovado: 27 de agosto de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

